



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE DO MAGISTÉRIO

Assembleia vai rejeitar MP

“Encontro de líderes no Legislativo decide que medida provisória que estabelece novos salários de professores não será aprovada”

(DC, Geral, p.22)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 28/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/6/11
Assunto: Greve do magistério – Assembleia vai rejeitar MP		Página: 22

GREVE DO MAGISTÉRIO

Assembleia vai rejeitar MP

Encontro de líderes no Legislativo decide que medida provisória que estabelece novos salários de professores não será aprovada

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

A medida provisória (MP) que estabelece os novos salários dos professores, de acordo com a última proposta do governo, será rejeitada na próxima semana, quando chega à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. Até lá, os deputados querem que o governo encaminhe um projeto de lei complementar estabelecendo as mudanças salariais.

A decisão foi tomada depois de uma reunião entre os líderes de bancada, ontem, com o presidente da casa, Gelson Merisio. Hoje, na CCJ, será arquivada a antiga MP, que determinava o pagamento do piso nacional de R\$ 1.187 para cerca de 35 mil professores que não recebiam isso no salário-base. Na próxima terça-feira, é a vez da MP encaminhada semana passada ser rejeitada na CCJ.

Será pedido que o governo apresente um projeto de lei complementar. A expectativa é de que ele traga avanços em alguns pontos, como os valores percentuais da regência de classe – gratificação que compõe a remuneração dos professores –, reduzidos na última proposta, e que haja prazos definidos para recompor a tabela salarial do docentes, que também foi alterada.

O secretário adjunto, Eduardo Deschamps, afirmou que a mudança apresentada pela MP é a possível no momento, e uma melhora exigiria um trabalho a longo prazo.

– E complexo, é difícil, isso precisaria ser feito com um grupo de trabalho. Por isso, é preciso que os professores voltem para a sala de aula. Queremos construir algo definitivo mais para a frente.

Após a reunião, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) abordaram Merisio. Eles pediram para o presidente tentar, junto ao governo, o retorno das negociações. O deputado ficou de dar um retorno hoje aos professores.

– Acredito que, com o projeto de lei, as negociações sejam retomadas. Da mesma forma que eles me fizeram esse apelo, também pedi que voltassem às aulas – ressaltou.

De acordo com o secretário de organização do Sinte, Evandro Accardolli, uma nova assembleia estadual, que pode votar pelo fim da greve, só deve ser marcada quando houver nova proposta. Hoje, haverá uma caminhada dos docentes pelas ruas do Centro da Capital. A concentração é às 14h, em frente à Catedral.

Desconto dos dias

A decisão da Justiça sobre o pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) para os professores não terem desconto dos dias parados, devido à greve, deve sair hoje, ou até as 14h de amanhã. Os advogados do Sinte ingressaram com uma ação na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, na última quarta-feira, pedindo para que não houvesse o abatimento e também pela legalidade da greve. Neste mesmo dia, o governo retirou o pedido de ilegalidade do movimento da Justiça e afirmou que uma folha suplementar poderia ser rodada, repondo os descontos, caso os professores voltassem às aulas no começo desta semana. Por causa dessas medidas, o juiz Hélio do Valle Pereira decidiu adiar o julgamento do pedido do Sinte para hoje. Ele ainda comunicou que decisão poderia sair até as 14h de amanhã.

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa

“Acredito que, com o projeto de lei, as negociações sejam retomadas. Da mesma forma que eles me fizeram esse apelo, também pedi que voltassem às aulas.”

Retorno é gradual no Meio-Oeste

Joaçaba

DAISY TROMBETTA

Apenas duas cidades do Meio-Oeste catarinense já retomaram completamente as aulas na rede estadual. Em Jaborá e em Ibiraré, todos os professores voltaram ontem às salas.

Nas 13 cidades que integram a regional de Joaçaba, apenas 10 unidades de educação retomaram completamente as aulas. Em outras 19, os trabalhos são parciais.

É o caso da EEB Governador Celso Ramos, que é a maior de Joaçaba, com cerca de 800 alunos. De um total de 40 professores, 28 estão em greve. Ontem, as atividades continuavam em horários especiais.

Segundo dados da Gerência Regional de Educação (Gered), 20% dos 13 mil alunos da região sendo prejudicados, e 184 professores estariam em greve, de um total de 959 ativos.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/6/11
Assunto: Greve do magistério – Assembleia vai rejeitar MP		Página: 22

Adesão caiu, admite Sinte

A greve do magistério estadual – que começou com 90% de adesão dos professores – chegou, ontem, ao 41º dia do movimento, com 60% dos docentes sem voltarem para escolas. O levantamento é do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). O governo apostava num retorno dos trabalhadores às escolas nesta semana, mas isto só ocorreu no Norte, Oeste, Meio-Oeste e Serra.

Já em Florianópolis, o quadro não se alterou em comparação à última semana. As escolas Jurema Cavallazzi,

no Bairro José Mendes, e Aderbal Ramos, no Bairro Estreito, por exemplo, continuam 100% paradas. No Instituto Estadual de Educação, a situação é a mesma: do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do médio, os alunos continuam sem aulas. Do 1º a 5º ano do fundamental, apenas parte dos professores está dando aula. Dados do Sinte mostram que 75% dos professores continuam em greve.

Os sobrinhos de Luiza Eliza da Silveira passaram mais um dia em casa ontem. Os meninos moram com a tia

no Bairro Trindade, na Capital, e cada um estuda numa escola. O mais novo, de cinco anos, frequenta o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, e o mais velho, de nove, o Simão José Hess. As duas escolas estão paradas.

– O mais velho já chegou a chorar pra ir pra aula, porque ele adora estudar. Essa situação está prejudicando as crianças. Fico preocupada que eles percam este ano – ressaltou Luiza.

De acordo com o Sinte regional, a adesão continua sendo de 80% dos docentes e 90% das escolas fechadas.

Volta com poucos alunos

Guaramirim

O retorno das aulas na Escola Estadual Lauro Zimmermann, em Guaramirim, Norte do Estado, contou com um movimento baixo de alunos ontem. Conforme a diretoria do estabelecimento, cerca da metade dos 320 estudantes do turno da manhã atendeu o chamado para voltar.

A proposta da direção da unidade com a convocação é recuperar os 26 dias paralisados pelas duas interdições ocorridas nesse ano pela Vigilância Sanitária, devido a problemas na estrutura do prédio. Além disso, o ano letivo corre o risco de ser perdido devido à greve dos professores, que chega a 42 dias.

Na semana passada, o diretor, Ronaldo Guerra, convidou os professores interessados em retornar às salas de aula para recuperar as perdas. A



Em Guaramirim, parte dos professores voltou ao trabalho ontem de manhã

expectativa é que pelo menos 20 dos 32 profissionais estivessem aderido ao convite, porém, no recomeço das atividades, só quatro atenderam.

Quinze professores em greve foram até o colégio para fazer uma reunião. Eles decidiram não retaliar a postura

dos colegas que voltaram às classes.

Além dos professores que voltaram, cinco integrantes da diretoria se somaram aos colegas e assumiram a função de ministrar as aulas provisoriamente. Segundo o diretor, 12 turmas foram atendidas pela manhã.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 28/06/11
Assunto: Reabertas as negociações		Página: 11

Reabertas as negociações

Magistério. Deputados decidiram que vão retirar o Fundeb da receita líquida disponível

FLORIANÓPOLIS — Duas decisões relativas à greve dos professores foram tomadas ontem à tarde, durante longa reunião de líderes dos partidos, na Assembleia Legislativa. A primeira, a inadmissibilidade das MPs (Medidas Provisórias) que tramitam na Assembleia e a substituição delas por um Projeto de Lei Complementar.

A segunda, a retirada das transferências do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) da receita líquida disponível. Essa medida virá por meio de emenda apresentada pelos 40 deputados à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que está em tramitação na Comissão de Finanças. A LDO precisa ser votada antes do dia 15 de julho, quando se inicia o recesso parlamentar.

A MP 188, a primeira editada pelo governo do Estado, e que fixou o piso salarial dos professores, será rejeitada hoje na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Na próxima terça-feira será arquivada MP 189, cujo texto contém a última proposta salarial do governo aos professores. As MPs serão substituídas por um projeto a ser encaminhado pelo governo e onde deve constar nova proposta salarial para os professores que estão em greve há 41 dias.

Já a retirada do Fundeb da receita do Estado para efeito de cálculo dos percentuais de repasses dos Poderes, virá por meio de emenda apresentada pelos deputados. Sem o Fundeb, os percentuais serão recompostos aos patamares que mantenham o equilíbrio financeiro de cada órgão e Poder. A medida entra em vigor a partir de 2012 com a inclusão na LDO que tem que ser votada antes do recesso de julho.

Projetos. Tanto os arquivamentos das MPs (Medidas Provisórias), como a retirada das transferências do Fundeb, são reivindicações dos professores em greve



Professores querem reunião com Colombo

A coordenadora do Sinte, Alvetê Bedin, acompanhada de um grupo do comando de greve, foi recebida pelo presidente da Assembleia para uma segunda reunião. Os professores em greve querem uma audiência com o governador do Estado, Raimundo Colombo.

“Queremos discutir com o governo nova proposta para recompôr a tabela salarial do

magistério e tratar também da regência de classe”, afirmou a coordenadora do Sinte.

A proposta do governo, contida na MP 189, é considerada financeiramente ruim. E a regência de classe foi reduzida de 40% para 25% e de 25% para 17%. Com a decisão de arquivar as MPs, os deputados transferem ao governo a responsabilidade de enviar novo projeto de lei.

Tribunal de Justiça defende entendimento

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, que teve encontro com o governador para discutir a polêmica retirada do Fundeb na definição de repasse aos poderes, disse ontem que as negociações estão no caminho do entendimento.

O desembargador disse que não é contrário excluir o Fundeb na receita líquida, desde que mudem o conceito de receita líquida.



FUNDEB

Polêmica do fundo surgiu com o início da greve dos professores estaduais

“Não temos condições de deixar de instalar novas varas”, afirma o desembargador. Para ele, o Fundeb

pode deixar de compor a base dos cálculos para definição de percentuais, mas essa decisão tem que ser encaminhada de forma gradativa. Assessor especial da presidência e técnicos em orçamento do Tribunal de Justiça está atuando nas negociações com o governo do Estado.

Líderes apresentam suas propostas

As duas medidas foram anunciadas pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio, que comandou a reunião de líderes de partidos e do líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB). “Os deputados estão dando passos concretos para contribuir nessa negociação com o magistério”, afirmou Merísio.

O Legislativo foi o primeiro a tomar posição sobre a possibilidade de se fazer esforços para melhorar o caixa do governo e a partir daí reestudar a proposta de elevação do salário do magistério. Como a fixação dos percentuais de repasse vale a partir de 2012, o governo teria condições de refazer as contas para poder atender os professores.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 28/06/11
Assunto: Professores começam a voltar		Página: 11

Professores começam a voltar

**Cerca de 70%
dos profissionais
retornaram à sala
de aula, diz SDR**

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville informou, ontem, que mais de 70% dos professores da rede estadual que estavam em greve retornaram ao trabalho ontem. Segundo a Gerência Regional de Educação, dos 2.370 educadores das 62 escolas estaduais, 1.675 assumiram suas salas de aula e 695 ainda estão em greve. “Nós fizemos muitas reuniões com os diretores e pedimos que eles procurassem chamar os professores, considerando a posição dos alunos, que estavam sendo prejudicados”, explica Heliete Silva, gerente de Educação da SDR.

Ontem à noite, a coordenadora regional do Sinte, Clarice Erhardt disse que estes números são exagerados. “Visitamos algumas escolas e percebemos que alguns professores, com medo do desconto em folha dos dias

parados, retornaram às atividades”, disse. Segundo ela, o sindicato fará hoje o levantamento de quantos professores ainda estão em greve, que já dura 42 dias.

Pela manhã, professores fizeram uma manifestação no Centro de Joinville. Para protestar contra o desconto dos dias parados, eles montaram um grande varal, em plena praça Nereu Ramos, com os holerites. “O sindicato já entrou com um pedido na Justiça para revogar o desconto dos dias de paralisação, mas o Judiciário prorrogou a decisão para amanhã (hoje) porque imaginou que poderia haver avanço nas negociações”, disse Clarice.

Segundo ela, como na quarta-feira o Estado retirou o pedido que havia feito à Justiça para considerar a greve ilegal, os professores imaginavam que as negociações seriam retomadas, o que não aconteceu. “Como até o momento o Estado não procurou o sindicato para negociar e a proposta de reajuste (rejeitada pela categoria) foi para a Assembleia Legislativa, cerca de cem professores já estão acampados para impedir a votação”, disse.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 28/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Falta um gestor

O governador Raimundo Colombo atravessa um novo inferno astral com esta absurda fuga em massa do complexo penitenciário de Florianópolis, causando mais insegurança na sociedade. Uma população que já vive assustada com o aumento da criminalidade. Até policiais militares os traficantes estão executando, sem que uma autoridade maior se imponha e coloque ordem na casa. Já houve casos da Polícia Civil fechar as portas “por medida de segurança”. Seria cômico se não fosse trágico. O diretor demissionário da Penitenciária Estadual de Florianópolis, Joaquim Valmor de Oliveira, o Juca, é considerado, no sistema prisional, como um agente zeloso e competente.

Nos dois anos e dois meses em que permaneceu no cargo, não ocorreu nenhuma fuga. Ele deixou a direção porque “cansou” de pedir providências do governo para dar mais segurança no complexo. Vivía angustiado com a construção de um centro de triagem sem as mínimas condições de operação e que comprometia todo o complexo. Disse que o governo Leonel Pavan montou ali “uma bomba-relógio”. A OAB-SC denuncia há meses que o centro de triagem é totalmente equivocada na concepção, no projeto, na localização e na construção. Está tudo errado, dizem os advogados criminalistas. Foi inaugurado com objetivo eleitoral, apenas. Blumenau, Chapecó, Criciúma e outros municípios de Santa Catarina também clamam por mais segurança.

No setor saúde, o cenário só não é igualmente caótico porque o secretário Dalmo de Oliveira fechou um acordo salarial com os servidores. Mas os hospitais públicos continuam tendo carência de tudo. Seguem com excesso de pacientes nas emergências, transformadas em depósitos humanos. São obras que se arrastam por meses e anos. A educação dispensa comentários. A greve dos professores entra no 42º dia, e a impressão que fica é de falta de ação do governo. Primeiro, numa negociação real com os membros do magistério. Segundo, com medidas administrativas que eliminassem a situação precária de muitas escolas. O secretário da Educação, Marco Tebaldi, atuou muito pouco no processo, e o adjunto, Eduardo Deschamps, tinha mais limitações do que procuração ampla para avançar nas negociações.

AUSÊNCIA

Raimundo Colombo tem a imagem de um político educado, afável, diplomático. Não é de dar soco na mesa. É de paz e costuma tratar a todos, incluindo os adversários, com muito respeito e gentileza. O exercício do governo, contudo, exige com frequência intervenções mais fortes da autoridade. Durante sua ausência, o vice Eduardo Moreira assinou uma medida provisória impondo a nova tabela salarial aos professores. Colombo retornou da Europa e retirou a MP da Assembleia. Assessores sugeriram jogo duro e ele entrou com ação pedindo a ilegalidade da greve na Justiça.

Dias depois, retirou o processo. Ainda que não seja retrato da realidade, transferiu a impressão de ter perdido a bússola, de faltarlhe um plano de voo, de comandar um navio que não saiu do porto ou, se saiu, está encalhado há seis meses. Esta segunda fuga em massa dos presos do complexo penitenciário acabou revelando outro problema: vácuo de poder, fenômeno registrado em outros episódios governamentais. Os fugitivos executaram a operação na madrugada de domingo. E só 15 horas depois o governo se manifestou com uma nota. Não surgiu, durante todo o domingo, uma única autoridade para falar em nome do governo. Ou para tranquilizar a população, revelar o que aconteceu, relatar as medidas adotadas e atender a imprensa. Colombo comanda uma estrutura com mais de 50 secretários, entre centrais e regionais, mas não conta com um primeiro-ministro, um secretário que coordene o governo, que cobre ações setoriais, que dê respostas concretas, que faça e aconteça. Está faltando um gestor.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 28/6/11
Assunto: Passo à frente		Página: 12

Passo à frente

Os líderes da Assembleia avançaram na reunião de ontem com o presidente Gelson Merisio ao decidirem que as medidas provisórias (188 e 189), que tratam da concessão do piso salarial nacional dos professores não serão admitidas, uma na sessão de hoje da Comissão de Constituição e Justiça, e outra, com o mesmo encaminhamento, na semana que vem. Não foi o único passo para resolver a polêmica que mantém a greve dos integrantes do magistério por 42 dias. Há, também, a decisão de pedir ao Centro Administrativo que

transforme as medidas em um projeto de lei complementar, que poderá contemplar não só o valor do novo piso, como aglutinar novos entendimentos de uma eventual retomada de negociação com o Sinte.

Enquanto, nos bastidores, até rever o corte nos percentuais da regência de classe e analisar a retomada dos 25% e 40% anteriores são debatidos, algo pretendido pelos professores, o Sinte fez apenas uma solicitação ao deputado Gelson Merisio, após a reunião dos líderes: que fosse retomado o diálogo com a Secretaria da Educação.

A significação da posição tomada pelos deputados estaduais ganhou corpo com a decisão do parlamento em assinar uma emenda legislativa que retirar o Fundeb da base de cálculo da Receita Líquida Disponível do governo do Estado. Na prática, elimina o motivo de uma polêmica gerada pela desinformação de que os valores constavam do repasse aos cofres dos poderes. E abre caminho para que seja negociada uma recomposição no duodécimo já a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que tramita na Assembleia Legislativa.

Merisio conversou com o governador Raimundo Colombo por telefone ontem. Garante que não trataram destes assuntos.

O que se conclui é que os movimentos tomados pelos líderes têm a anuência do Centro Administrativo e todos os procedimentos foram feitos para acabar com os impasses. Resta, agora, retomar o processo de negociação ampla para pôr fim em uma greve que chegou a estremecer a relação entre Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Udesc e Tribunal de Contas com o Executivo. Gestos para acabar com os desgastes é que não faltam.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 28/06/11
Assunto: Greve		Página: 02

Greve

Depois de reunidos os líderes de bancada decidiram retirar o Fundeb da base de cálculo e derrubar as duas MPs enviadas pelo governo. Ou seja, torciam que fossem inconstitucionais para não bater de frente com os professores. Os deputados atenderam pedidos do Sinte e avançaram no que podemos classificar de gestos visando restabelecer o diálogo e acabar com a greve que já dura 41 dias. Pais de alunos estão buscando espaços em escolas particulares e municipais. Esse embate acabou prejudicando o ano letivo dos alunos. A ideia agora é o governo encaminhar um Projeto de Lei Complementar permitindo emendas e um debate transparente no Parlamento.

CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 28/6/11
Assunto: Votei no senhor, mas...		Página: 32

Votei no sr., mas...

Governador, diante dos fatos atuais (alunos sem aulas há mais de um mês, fuga de presos etc) o sr., como governador do nosso Estado, eleito com nosso voto, tem o dever de nos representar e não pode continuar nos decepcionando. Deve tomar atitudes mais rígidas. Pague o piso salarial dos mestres e nos dê a segurança que foi proposta na sua campanha eleitoral. Basta cumpri-las. Obrigado.

Alexandre Delfino
Por e-mail





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 28/6/11
Assunto: Orçamento – Novo cálculo para o mesmo resultado		Página: 10

ORÇAMENTO

Novo cálculo para o mesmo resultado

Reformulação da conta tenta manter volume igual de repasses ao poderes

NATÁLIA VIANA

Os poderes e o governo estão trabalhando para chegar a um consenso no impasse envolvendo os repasses. Técnicos do Tesouro, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público estão fazendo cálculos para tentar chegar a uma proposta que não prejudique as instituições e garanta mais recursos ao Estado.

Na prática, a medida pode ser o popular “trocar seis por meia dúzia”. O acordo começou a ser discutido, ontem pela manhã, em uma reunião entre o governador Raimundo Colombo, o presidente do TJSC, desembargador José Trindade dos Santos, e o procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin. Um dos

assuntos em pauta foi a retirada dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da base de cálculo dos repasses para os poderes. A medida, que garantiria R\$ 356 milhões no caixa do Estado, foi considerada “impensável” pelas instituições, que argumentam que não teriam como arcar com tal redução. O TJSC perderia R\$ 140 milhões do seu orçamento.

Por conta dos desgastes que vêm enfrentando, os poderes já defendem a retirada do Fundeb da conta. Apesar de o governo garantir que o dinheiro do Fundeb é aplicado na Educação e que sua inclusão na base de cálculo é apenas uma questão contábil, para grande parte da população a imagem que ficou é de que os recursos estariam sendo “desviados” para os poderes. Para viabilizar esta

mudança, as instituições pedem uma recomposição dos percentuais.

Uma proposta é que se retirasse o Fundeb da base de cálculo e aumentassem os percentuais. O presidente do TJSC pondera que talvez esta não seja a melhor solução, pois a estratégia poderia ser mal entendida pela opinião pública como uma comprovação de que os recursos do Fundeb estão indo para os poderes.

Hoje, os repasses são calculados a partir de percentuais da Receita Líquida Disponível – composta por recursos do Tesouro, recursos de remuneração financeira e o Fundeb. Se, por exemplo, a base de cálculo passar a ser a Receita Corrente, que é um bolo maior, os percentuais poderiam ser menores.

natalia.viana@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 28/6/11
Assunto: Orçamento – Novo cálculo para o mesmo resultado		Página: 10



Quanto os cofres públicos arrecadam anualmente através do Detran, incluindo os serviços de CNH?
ANDRÉ RICARDO

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edal. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC

Dinheiro não vai para onde deveria

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-SC) arrecadou em taxas, de janeiro até a semana passada, R\$ 151,7 milhões. Em multas, foram R\$ 63,3 milhões, vindos de 727 mil infrações, arrecadados pelo Detran e por outros órgãos autuadores. Mas a maior parte desses valores não é aplicada em benefícios para o próprio trânsito.

Como o Detran não tem autonomia financeira nem administrativa, o dinheiro recebido tem a intermediação da Secretaria de Segurança Pública (SSP). O valor das taxas, que incluem licenciamento, carteiras de habilitação, permissões para dirigir, segunda via de CNHs e vistoria, é distribuído em fundos para o setor penitenciário, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Defesa Civil e da SSP.

De acordo com o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, o que é adquirido por multas pelo Detran também acaba sendo encaminhado aos fundos mediados pela SSP, apesar da lei de 1997. Esta legislação determina que a receita das multas seja aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Para Cobalchini, o Detran deveria ser subordinado à Secretaria de Infraestrutura – que, atualmente,

não recebe recursos do órgão – para que houvesse a aplicação em melhorias do trânsito de SC.

O secretário conta com financiamentos, verba federal e com o próprio Tesouro do Estado para lançar medidas como a revitalização e ampliação da capacidade das estradas e uma campanha permanente de conscientização do trânsito, previstas para a metade de julho. Só para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Estado pediu, na semana passada, US\$ 250 milhões.

O presidente do Movimento Nacional de Educação no Trânsito (Monatran), Roberto Bentes de Sá, destaca que há setores críticos, carentes de investimento, como a sinalização. Ele afirma que a veiculação do Detran à SSP dificulta a cobrança pela aplicação dos recursos, que não são sequer disponibilizados ao cidadão comum.

– Não sabemos o quanto e se é aplicado no trânsito.

Não é apenas o Detran que arrecada com multas. Uma multa aplicada nas ruas de Florianópolis, por exemplo, é dividida entre PM, município e Detran. Do valor total, são debitados os custos de tarifas.

Também são descontados 5% para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito. Segundo o diretor-geral do Detran, Vanderlei Rosso, esse fundo totaliza R\$ 2 bilhões que, no momento, estão parados.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 28/6/11
Assunto: Orçamento – Novo cálculo para o mesmo resultado		Página: 10

Meta é consenso

Em entrevista publicada no *DC* na edição de 29 de maio, o governador Raimundo Colombo defende rediscussão dos valores dos poderes para garantir mais dinheiro para investimento em obras.

COMO É HOJE: (Percentuais da receita Líquida)

Assembleia	3,8%
Tribunal de Contas	1,4%
Tribunal de Justiça	7,7%
Ministério Público	3,23%
Udesc	2,21%
Máquina do governo	81,77%

Colombo reuniu-se com os dirigentes do MPSC e do TJSC. O objetivo é chegar a um consenso que não prejudique as instituições e, ao mesmo tempo, dê mais fôlego ao Estado.

Os técnicos do Estado farão um estudo, que deve ser definido até a segunda quinzena de julho, quando começa o recesso da Assembleia.

Corrida contra o tempo

Os técnicos do Tesouro, do TJSC e do MP correm contra o tempo. A ideia é finalizar uma proposta até amanhã para que o assunto volte a ser discutido entre o governador e os chefes dos poderes.

Qualquer mudança com relação aos repasses precisa ser feita pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser votada pela Assembleia antes do recesso de julho.

Ontem, em uma reunião de líderes, os deputados decidiram estender o prazo para apresentação do relatório final da LDO para a próxima semana. A medida daria tempo para o governo encaminhar alguma proposta de mudança. O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, voltou a afirmar que defende a retirada do Fundeb da base de cálculo por uma “questão de transparência”.

O deputado pondera que, neste caso, precisa haver uma recomposição dos índices ou da base de cálculo.

Segundo Merisio, o Legislativo não tem como absorver o corte de R\$ 60 milhões, resultado da retirada do Fundeb da conta. Mas tem condições de “flexibilizar” este valor para colaborar com o governo.

Quem acompanha o assunto com interesse é a reitoria da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Embora não seja um poder independente do Executivo, o orçamento da instituição é calculado por percentual da Receita Líquida Disponível.

A universidade argumenta que não tem condições de absorver o corte com a retirada do Fundeb da base de cálculo e encaminhou ao governador uma exposição de motivos para manter seu orçamento. Segundo a instituição, grande parte dos R\$ 39 milhões que perderia com a retirada do Fundeb é investida em valorização do magistério. Neste ano, a Udesc investirá R\$ 27 milhões em cursos para a formação de professores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 28/6/11
Assunto: Imobilidade educacional		Página: 14

Imobilidade educacional

MAGNO DE AGUIAR MARANHÃO *

A universalização da educação é fenômeno relativamente recente, que veio ganhando espaço no mundo. Isso, porém, não cabe como justificativa para que o Brasil comporte, hoje, em plena era da informação, mais de 15 milhões de analfabetos absolutos. Embora a erradicação do analfabetismo até o ano 2000 tenha sido prevista na Constituição de 1988, a diminuição da parcela de brasileiros que não sabem ler ou escrever tem sido de tal forma lenta que contemplamos, dentro do nosso, um outro país que sequer sabe assinar o seu nome.

A situação é ainda mais inaceitável num tempo em que os avanços tecnológicos, superando todas as expectativas, conectam o planeta numa grande rede de comunicação e expansão do conhecimento. Sequer podemos prever o quanto a tecnologia terá evoluído e transformado nossas vidas daqui a duas décadas, mas já sabemos que o Brasil analfabeto chegará até lá, caso a democratização do acesso ao ensino fundamental não seja acompanhada por um amplo projeto de educação para adultos e jovens que, com mais de 15 anos,

nunca entraram em sala de aula.

O analfabetismo é contagioso. Quem vive numa comunidade de analfabetos tende a se acomodar com a ignorância; filhos de famílias analfabetas, ou com baixa escolaridade, costumam abandonar cedo os estudos e engordar a lista de outro tipo de analfabetos, os funcionais, como são chamados os que não passaram da quarta série do ensino fundamental. Nessa categoria, estão alguns milhões de brasileiros que, ou terminarão a vida desempregados ou ganhando não mais do que um “miserô” salário mínimo.

Impossível calcular o prejuízo ao crescimento de um país quando milhões têm seu crescimento individual prejudicado. Neste bolo incluem-se os analfabetos funcionais, que, embora capazes de ler, não conseguem apreender o sentido de um texto, o que os torna inaptos até para trabalhos simples na indústria, pois dificilmente entendem um manual. Mais cruel, porém, é o fato de tantos passarem a vida sem acesso a informações, sem meios de defender seus direitos, já que a pior consequência do analfabetismo é a imobilidade.

* Educador.



CLIPPING

Veículo: Revista Época	Editoria: Educação	Data: 20/06/11
Assunto: A lição digital		Página: 80

LIÇÃO DIGITAL

Poucos segundos depois de bater o sinal que anunciava o início da aula de ciências, os alunos do 6º ano começaram a entrar na classe da professora Leika Procopiak, cada um carregando seu próprio laptop, trazido de casa. Ao se acomodar nas mesas, nenhum deles tirou da mochila um caderno ou um livro. Abriram seus computadores, conectaram-se à internet (sem fio e de alta velocidade) e estavam prontos para aprender a lição do dia: fotossíntese. “Cada dupla decide quais das atividades fará hoje”, disse ela, no início da aula.

Sem usar a lousa e movimentando-se pela sala, Leika passou os 80 minutos seguintes orientando pesquisas em bancos internacionais de dados on-line sobre fontes de energia. Ajudou a fazer simulações gráficas de como variações da luz e da temperatura podem afetar o resultado da fotossíntese. Corrigiu exercícios propostos a partir de vídeos a que os alunos assistiram em sites especializados na web. Depois, cada dupla de alunos produziu um relatório, compartilhado com os colegas e com a professora pelo serviço de arquivos on-line Google Docs. O sinal marcando o fim da aula bateu e nenhum caderno saíra das mochilas.

Essa aula aconteceu na Graded School, uma das melhores escolas de São Paulo. É o tipo de atividade com que sonham pais deslumbrados com a parafernália tecnológica que atualmente é alardeada por colégios particulares. Escolas que muitas vezes cobram mensalidades mais altas por

isso. Há mais de 25 anos tenta-se comprovar a eficácia do uso da tecnologia no ensino. Mas depois de tanto tempo, e de tanto marketing, ainda resta a pergunta: usar tecnologia para ensinar faz os alunos aprender mais?

A resposta é sim. Dois estudos inéditos demonstram como a tecnologia ajudou a melhorar as notas de alunos da rede pública. A Fundação Carlos Chagas (FCC) acaba de concluir uma avaliação dos alunos de todas as escolas públicas do município de José de Freitas, no interior do Piauí, que desde o início de 2009 estudam com o apoio de lousas interativas, laptops individuais e softwares educativos. De acordo com o estudo, esses alunos melhoraram sua média de matemática em 8,3 pontos, enquanto os que não usaram a tecnologia avançaram apenas 0,2 ponto. O segundo estudo, da Unesco, braço das Nações Unidas para a educação, avaliou o desempenho de alunos de escolas pú-



blicas de Hortolândia, em São Paulo, que usaram salas de aula com lousa digital e um computador por aluno. O avanço foi de duas a sete vezes em relação aos colegas em salas de aula comuns.

O sucesso, porém, depende de como a tecnologia é usada. Não adianta trocar o caderno por notebook ou tablet sem ter estratégias e conteúdo para usá-los. Isso ficou claro em alguns fracassos no uso dos computadores. O Banco Mundial divulgou, no fim do ano passado, a avaliação de um programa do governo colombiano que distribuiu máquinas para 2 milhões de alunos. O impacto nas notas de espanhol e matemática foi próximo de zero. Em alguns casos, as notas até pioraram depois da chegada dos aparelhos. Em 2007, uma pesquisa do Ministério da Educação do Brasil mostrou que alunos que estudaram, por três anos, em escolas com computador estavam pelo menos seis meses atrasados no aprendizado em relação aos outros. Em ambos os casos, os pesquisadores se limitaram a contar se havia computador na escola. Não avaliaram se as máquinas eram usadas para dar algum conteúdo, além dos cursos de processadores de texto e planilhas.

É por isso que, nos países mais adiantados na implantação de tecnologia, a discussão hoje é como usar a tecnologia da melhor forma. Nos países ricos, a questão do acesso às máquinas foi superada. Cerca de 97% da rede pública americana tem um computador por aluno. Na Alemanha, mais de 30 mil escolas estão equipadas desde 2001. Mas, depois de tanto tempo usando computador na sala de aula, as estatísticas de aprendizado nacionais não melhoraram significativamente. A pergunta é como usar a tecnologia de um jeito diferente. A Inglaterra criou um departamento só para pesquisar e avaliar o uso inovador da tecnologia em sala de aula. Na Coreia do Sul, o governo percebeu que, sem um conteúdo curricular fortemente relacionado à tecnologia, ela teria pouco efeito. Começou a produzir novos materiais didáticos para os computadores. “Ainda tendemos a conceber o papel da tecnologia como algo a que basta o aluno ter acesso que as coisas vão melhorar”, afirma o americano Mark Weston, estrategista educacional da fábrica de computadores Dell. “Essa era a ideia há 30 anos, mas agora sabemos que também é preciso ter boas práticas de ensino.” (Leia a entrevista com Weston na página 87.) A seguir, cinco práticas que ajudam a tecnologia a ensinar.

1 SABER PARA QUE USAR A TECNOLOGIA

A tecnologia precisa ser usada com um propósito. A professora Leika, da Graded School, planejou a aula descrita no começo desta reportagem porque queria que os alunos aprendessem na prática a teoria que ela tinha ensinado, do jeito tradicional, na aula anterior. “Planejei em casa e pesquisei as melhores fontes para que isso acontecesse”, diz. Na sala de aula, quem domina a estratégia é o professor, mas também é decisão da escola, ou até de uma rede inteira, como usar determinada tecnologia.

Em segundo lugar, o conteúdo tecnológico deve ser complementar ao transmitido da forma tradicional. “Não adianta dar para o aluno ler no computador o mesmo texto que ele leria no livro didático ou na apostila. Isso não o fará aprender mais ou melhor”, afirma Marcos Telles, diretor da Dynamic Lab, uma empresa de tecnologia de educação.

Essa integração entre a tecnologia e o conteúdo das aulas é o maior desafio das escolas. As escolas municipais de Matinhos, no Paraná, tinham uma demanda específica: melhorar as notas de português e matemática de todos os 3 mil alunos da rede, com equidade. Foram atrás de um software educacional feito sob medida para isso. No computador, o aluno faz atividades interativas e evolui para as mais difíceis, de acordo com seu ritmo de aprendizado. “Alunos aprendem de jeitos diferentes e, no ensino tradicional, os que estão para trás acabam fadados ao fracasso por não receber acompanhamento adequado”, afirma Betina von Staa, pesquisadora da Positivo Informática, que faz os softwares educativos. Marcos Vinicyus de Oliveira, de 7 anos, poderia ter sido um deles. Em 2010, estava no 2º ano e ainda não conseguia ler nem cumprir tarefas mais simples, como copiar a lição da lousa. “Agora consigo juntar as letras no computador”, diz. Marcos aprendeu a ler e a escrever depois de começar a usar o programa.

2 TRANSFORMAR O JEITO DE DAR AULA

Para usar qualquer tecnologia, da câmera digital ao computador, é preciso abandonar a geografia tradicional da sala de aula, aquela que coloca o professor na frente do quadro e os alunos enfileirados anotando tudo. Uma das tecnologias mais antigas em prática nas escolas brasileiras e que dá certo é a robótica. Ela reforça a ideia de ensinar

de forma diferente: são aulas em que os alunos, sempre em grupo, precisam executar um projeto: programar e montar um robô. “Aprendi a trabalhar em equipe e a prestar atenção em pequenos detalhes”, diz César Henrique Braga. Ele acabara de terminar seu primeiro robô, um jipe lunar, com outros três colegas do 6º ano do colégio COC Vila Yara, em Osasco, São Paulo. “O aluno precisa aprender a usar o conhecimento para criar”, diz Paulo Blikstein, professor da Escola de Educação da Universidade Stanford.

Blikstein ensina professores da rede pública dos Estados Unidos a ensinar em ambientes com tecnologia. Para ele, a vocação da tecnologia é ajudar no ensino por projetos. Essa estratégia parte dos conteúdos do currículo tradicional, como escrita e matemática, para desafiar os alunos a executar tarefas criativas, como fazer um filme. E essas habilidades dificilmente são ensinadas nas aulas tradicionais.

3 MUDAR A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO

Segundo Blikstein, um dos maiores desafios na hora de usar tecnologia é mudar a prática e a mentalidade dos professores. Isso aconteceu no início do projeto em Hortolândia, estudado pela Unesco. Ele foi elaborado e executado por especialistas em educação da fabricante de computadores Dell e da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. O objetivo era melhorar o aprendizado de português e matemática de 5.500 alunos do 6º e 7º ano do ensino fundamental e 1º e 2º ano do ensino médio, de 23 escolas estaduais. As salas de aula ganharam um computador por aluno e lousa digital, com material didático digital desenvolvido por educadores da Universidade de São Paulo (USP).

Foi preciso um ajuste de cara. As aulas não estavam durando o tempo planejado. O material fora criado para aulas de 50 minutos. Mas elas acabavam em apenas 20. Isso porque os professores usavam a lousa digital como se fosse um quadro-negro tradicional. “Eles não davam espaço para os alunos interagirem com a lousa”, diz Marcos Menezes, diretor da área de educação da Dell para o Brasil.

A prática do professor também está ligada a sua relação com o aluno e a seu domínio sobre a classe. A concentração dos alunos na aula é um dos fatores mais determinantes para que eles de fato aprendam. Várias pesquisas e estudos já foram feitos sobre isso, mas não existe uma fórmula mágica que garanta que garotos se interessem mais por



cálculos de raiz quadrada do que por bater papo com um colega. Mas alguns especialistas dizem e pesquisas demonstram que, usada da maneira correta, a tecnologia pode sim ajudar a prender a atenção. “Como é uma linguagem que o aluno conhece, o professor se aproxima com mais facilidade”, diz Maria Elizabeth Almeida, professora do programa de pós-graduação em educação curricular da PUC de São Paulo.

FORMAR E TREINAR OS PROFESSORES

No Brasil e no mundo, a maioria dos professores ainda não consegue justificar o uso da tecnologia na classe. “Eles não têm a formação adequada para isso”, diz Weston, da Dell. Não por acaso, o projeto de Hortolândia foi executado pela Escola de Formação de Professores do Estado de São Paulo. “Não adianta colocar tecnologia na escola sem dar a formação adequada aos professores”, diz Vera Cabral, diretora da escola. O próximo passo é levar o projeto para toda a rede e treinar professores em grande escala.

Há duas maneiras de fazer a formação dos professores. A primeira é colocar os formadores, monitores especializados na tecnologia e no conteúdo, dentro das salas de aula, como fez um projeto conjunto do Estado do Piauí, do município de José de Freitas, e da Positivo. Francisca das Chagas Lopes da Silva dá aula no 4º ano de uma escola estadual da cidade. Formada em pedagogia, ela não sabia como fazer o planejamento diário de suas aulas, nem aprendeu na faculdade a avaliar seus alunos de outra forma a não ser as tradicionais provas bimestrais. Ao participar do projeto, Francisca passou a dar aulas acompanhada por monitores. O planejamento das atividades fazia parte do treinamento, assim como fazer o registro de tudo o que acontecia em classe para avaliar melhor o desenvolvimento dos alunos. “Aprendi a ensinar usando a tecnologia, mas também aprendi a planejar. Se eu for planejar uma aula qualquer, do jeito tradicional, farei isso melhor do que antes”, diz.

A segunda estratégia para formar os pro-

fessores é mais comum nas escolas particulares. Ali, a formação acontece mais por iniciativa de cada professor do que em cursos oferecidos pelos gestores. No Beit Yaacov, colégio particular de São Paulo, a estratégia adotada foi deixar a cargo dos professores quando e qual tecnologia usar. Os profissionais são estimulados a pesquisar por conta própria novas tecnologias e as maneiras de usá-las, inclusive no ensino infantil. A partir da experiência de cada um, o que dá certo é adotado pelo resto da escola e o que deu errado é aperfeiçoado. “Sem o envolvimento de todos os professores, não há como criar e fortalecer uma cultura digital dentro da escola”, afirma Silvana Del Vecchio, coordenadora de tecnologia do colégio.

REFORMAR A CULTURA DA ESCOLA

Nem a tecnologia mais avançada conseguiu ainda o feito de mudar a cultura escolar. Mas uma escola pública de Nova York resolveu tentar. A Quest to Learn foi criada pela designer de games Katie Salen, que escreveu vários livros sobre o uso de jogos na educação. Os alunos aprendem o conteúdo curricular criando e jogando videogames. Em funcionamento há um ano e meio, a escola foi moldada sob conceitos muito diferentes: os alunos não passam de ano, mas de fase – como nos jogos –, e não ganham notas, mas classificações de acordo com sua habilidade. “Acreditamos que aprender a programar e a lidar com mídias serão habilidades centrais para que os jovens se expressem e sejam competitivos ao entrar na universidade e no mercado de trabalho”, diz Katie.

A cultura do ensino pela tecnologia está na prática diária dos professores da Quest to Learn. “Eles são treinados para criar experiências nas quais os alunos possam aprender fazendo, tentar soluções e dividir o conhecimento”, diz Katie. Até agora, os alunos da escola não mostraram notas melhores nos testes tradicionais, que não medem as tais “habilidades do futuro”. Se derem certo, porém, experiências como essa podem e devem ser usadas como alternativas para melhorar o ensino para todos. ◆

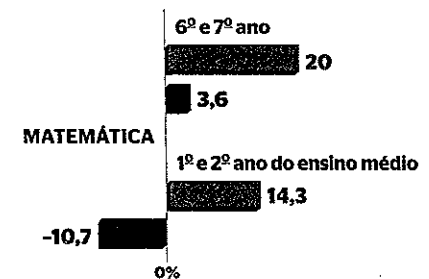
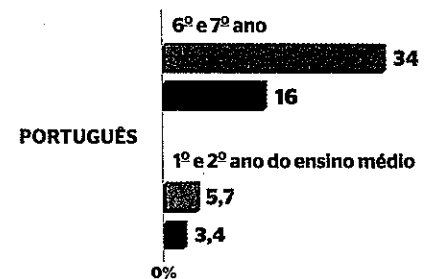
AULAS DIGITAIS

Duas pesquisas feitas em escolas brasileiras mostram que o uso da tecnologia ajudou os alunos a aprender mais

A Unesco comparou 5.300 alunos de Hortolândia, São Paulo, que usaram tecnologia com outros que tiveram aula tradicional, de junho de 2009 a novembro de 2010

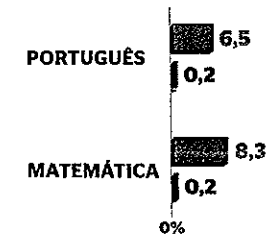
■ Com tecnologia
■ Sem tecnologia

Ganho nas notas - em %



Fontes: Unesco e Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

Em José de Freitas, Piauí, os alunos de todas as escolas do município participaram, durante dois anos, de um projeto que incluiu diversas tecnologias. Os resultados foram avaliados pela Fundação Carlos Chagas



Fontes: Fundação Carlos Chagas e Positivo Informática



ENTREVISTA Mark Weston

“A tecnologia serve como mediadora”

O especialista na área de tecnologia na educação diz que trocar o caderno por artefatos modernos é ineficiente se o jeito de ensinar não mudar

O consultor Mark Weston, estrategista educacional da Dell, dedicou os últimos 36 anos de sua vida a melhorar o ensino usando inovações tecnológicas. Depois de participar de projetos promovidos pelo governo dos Estados Unidos, em vários Estados americanos e em outros países, chegou a algumas conclusões sobre como a tecnologia pode ser usada na sala de aula para melhorar o aprendizado dos alunos. Nesta entrevista, Weston revela o potencial pedagógico da tecnologia e alerta para as suas limitações: “Se um livro não funciona para um aluno, trocá-lo por um livro digital não vai resolver o problema”.

ÉPOCA - Por que o senhor diz que a tecnologia foi reprovada na educação?

Mark Weston - Depois de mais de 15 anos de experiência em reforma na educação, cheguei à conclusão de que mais do mesmo esforço não daria resultado. Em geral, o sistema educacional atual funciona, na melhor das hipóteses, para duas em cada três crianças. Uma parte desse esforço tem sido a entrada de tecnologia nas escolas, mas é evidente que nem o uso de tecnologia conseguiu mudar a estatística principal de que o sistema falha com a maioria.

ÉPOCA - Há alguma certeza sobre como usar a tecnologia na educação?

Weston - Se o objetivo é educar melhor todas as crianças, e a pergunta é se isso é possível, a resposta é sim. Há evidências de práticas pedagógicas que conduzem todas as crianças a aprender mais. A questão é como fazer. Uma das dificuldades tem a ver com a forma como concebemos o papel da tecnologia na educação. Ainda tendemos a pensar na tecnologia como algo a que o aluno quer ter acesso. Você dá um com-

putador, ele tem acesso e isso muda as coisas. Mas está bem claro que não é o acesso que assegura os resultados, mas as práticas das quais as tecnologias fazem parte.

ÉPOCA - Os tablets ou as lousas interativas substituem antigas práticas de ensino ou podem de fato mudá-las?

Weston - Se um livro não funciona para um aluno, trocá-lo por um livro digital não vai resolver o problema. Está havendo um nível de automatização ou refinamento, mas o problema fundamental do aprendizado não é atacado. A tecnologia tem de servir como mediadora para estilos de aprendizado, estudantes, professores, pais e conteúdos.

ÉPOCA - Por exemplo?

Weston - Hoje, o aluno é visto como um participante passivo, que recebe a informação. Então, mesmo numa classe com uma lousa interativa, eu não me surpreenderia de ver o professor no quadro. Se o papel do estudante tivesse mudado, os alunos deveriam estar no quadro, ou fazendo coisas com outros alunos ou com

o professor. O que muda é a pedagogia usada e como estudantes e professores veem seus papéis.

ÉPOCA - Como preparar os professores para essa mudança?

Weston - É preciso ter uma nova formação para os professores. No sistema atual, cada professor é responsável por desenvolver como dar cada conteúdo. Cada um pensa individualmente num esquema de fazer seu trabalho. Uma alternativa é criar um esquema coletivo que funcione para a escola toda, em que cada professor ajude a refinar os métodos do outro e se beneficie. ♦



RENOVAÇÃO
Weston diz que é preciso mudar o jeito de ensinar com tecnologia



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 27/06/11
Assunto: Inclusão de surdos esbarra na linguagem		Página: A16

Inclusão de surdos esbarra na linguagem

Organizações querem escola bilíngue, com salas apenas com alunos surdos e onde a Libras seja ensinada como primeira língua e o português, segunda

Criança surda que estuda por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) - em meio a professores e colegas também sinalizadores - aprende a ler e a escrever mais cedo e melhor do que aquelas inseridas em salas de aula regulares. Esse é um dos resultados da pesquisa do professor Fernando Capovilla, da Universidade de São Paulo (USP).

"A primeira língua do surdo é Libras. Colocar uma criança de 5 anos dentro de uma sala de ouvintes é como botá-la numa escola chinesa", diz Capovilla. Desde 2001, ele avaliou 9.200 alunos surdos e com dificuldade auditiva. Com idade entre 6 e 25 anos e escolaridade que variava do início do fundamental ao fim do superior, eles passaram por uma bateria de testes.

Os resultados desse levantamento estão em concordância com o que reivindica a Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos (Feneis). A organização é contra a política de inclusão do Ministério da Educação (MEC), que prevê que esses alunos frequentem salas de aula regulares, com a presença de intérprete e, no contraturno, recebam um atendimento especializado.

"Estamos lutando para que a educação de surdos seja considerada no mesmo patamar da indígena, isto é, que os surdos não sejam enquadrados na categoria da educação especial, e sim na educação bilíngue. Libras como a primeira língua e português como segunda", afirma Patrícia Rezende, diretora de Políticas Educacionais da Feneis.

Inclusão. A discussão sobre a inclusão de surdos em escolas regulares esconde sutilezas. Uma delas é a defesa de que o surdo não é deficiente, mas alguém que tem uma língua diferente.

Outro ponto a ser considerado é a opção dos pais. Cabe a eles decidirem que tipo de educação querem para a criança. Como boa parte dos pais é ouvinte, há aqueles que preferem que o filho seja educado no oralismo.

"Escolher é direito dos pais. O importante é que os educadores saibam orientá-los sobre os caminhos possíveis e as consequências da decisão", diz a pedagoga Teresa Cristina Aliperti. "Uma criança que tenha condições de fazer um acompanhamento com fonoaudiólogo e ter aulas particulares de reforço é capaz de aprender. Mas colocar um surdo no meio de 35 alunos ouvintes, sem uma infraestrutura adequada, não vai dar certo."

Dentro da sala de aula, os professores relatam as limitações. "Quando há um surdo na sala, muda toda a lógica de ensinar. Mesmo com intérprete, você precisa selecionar o vocabulário. É complicado atender os dois públicos ao



mesmo tempo", diz Antônio Augusto Horta Liza, professor de história da rede municipal em Belo Horizonte.

Sua primeira experiência com aluno surdo aconteceu em 1997, nessa mesma escola. "O diretor abriu a porta da sala e disse: "Aqui está um novo aluno, mas tem um detalhe: ele é surdo". Fiquei apavorado porque eu não sabia nada de Libras. Fui improvisando".

O tempo passou e hoje a escola tem três salas só de deficientes auditivos. "Sala exclusiva é muito melhor. Consigo criar uma metodologia de trabalho só para eles e, com a atuação da intérprete, conseguimos interagir."

Bilinguismo. Na Escola para Crianças Surdas Rio Branco, em Cotia, o surdo vai para uma sala com ouvintes a partir do 6.º ano. Antes disso, as turmas são separadas. "Há uma leitura equivocada. Incluir não é estar no mesmo lugar, é dar as mesmas oportunidades. Na colégio regular, o surdo está em desigualdade", diz a diretora Sabine Vergamini.

O garoto Gustavo Gomez Pedroso, de 10 anos, foi para o Rio Branco depois de cursar o 1.º ano numa escola regular. "Aqui eu entendo muito melhor a lição. Lá na outra escola, tinha muita confusão e eu não aprendia direito."

A mãe de Ana Paula Rosário, de 8 anos, estava na fila de espera do Rio Branco. Conseguiu a vaga no ano passado. "Depois de dois anos estudando, ela ainda não sabia organizar o pensamento. Achavam até que ela era autista. Na escola bilíngue, tudo mudou. Aprendeu tão rápido que parece que nasceu falando Libras", diz Líria de Oliveira Rosário.

A fonoaudióloga Cecília Moura alerta para o fato de que sempre deve ser feito o trabalho paralelo entre o aprendizado de Libras e o da fala. "É importante que ela aprenda falar. E, se a criança já sabe Libras, fica mais fácil para ela aprender (a falar)."

PARA ENTENDER

Educação no contraturno

A política de educação inclusiva do MEC definiu a educação especial como modalidade transversal. O Decreto 6.571, de 2008, estabelece o financiamento à dupla matrícula desses estudantes. Eles devem frequentar a turma regular e, no contraturno, o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Clipping

CNTE

Municípios criticam Plano Nacional de Educação

➤ Data: 28/06/2011
➤ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
➤ Editoria: POLÍTICA
➤ Jornalista(s): Caio Junqueira
➤ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Caio Junqueira A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) criticou ontem o novo Plano Nacional de Educação, que está em discussão em uma comissão especial da Câmara dos Deputados. O presidente da instituição, Paulo Ziulkoski, disse que os municípios não têm como arcar com os custos do plano e criticou o Ministério da Educação por fazer "propaganda enganosa" do plano.

"A proposta é mais uma com potencial explosivo sobre as finanças dos municípios. É inviável o cumprimento de todas essas metas se não há recursos novos. Daí acaba-se criando a falsa expectativa de que elas serão cumpridas. É quase uma fantasia", afirmou.

O plano define 20 metas a serem cumpridas até 2020. Dentre elas, estão melhores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ampliação da oferta de creches para crianças entre 0 e 3 anos, universalização da educação obrigatória de 4 a 17 anos e educação integral em metade das escolas do país.

Ziulkoski, porém, apresentou um estudo feito pela CNM que aponta chances ínfimas de o plano ser posto em prática. Segundo ele, a maior dificuldade é a falta de recursos. Ele disse que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que deveriam ser aplicados no plano, ficarão estáveis pelos próximos dez anos, ao mesmo tempo em que o número de alunos matriculados crescerá. Em 2011, segundo a CNM, a previsão é de que os Estados coloquem no fundo R\$ 59,2 bilhões, os municípios R\$ 28,8 bilhões e a União R\$ 8,8 bilhões. "Não adianta o MEC fazer maior propaganda enganosa na TV dizendo que Fundeb é da União quando a União só põe 10% e o restante, Estados e municípios".

A CNM pede que as metas do plano sejam acompanhadas pelo fornecimento de suas condições de atendimento; que a União participe do financiamento da educação básica e que sejam realizados estudos sobre o custo-aluno, de modo que as transferências a Estados e municípios tenham como base critérios transparentes e objetivos. "Como municípios e Estados entram com R\$ 88 bilhões, tendo 40% da arrecadação, e a União, com 60% da arrecadação, apenas com R\$ 10 bilhões?", questionou Ziulkoski.

O levantamento mostra que, para alcançar todas as metas, são necessários R\$ 50,6 bilhões, dos quais R\$ 16,6 bilhões sairiam dos municípios. A maior parte das despesas viria do atendimento de metade da demanda de creches (R\$ 9,2 bilhões), seguida do atendimento integral em metade das escolas (R\$ 7 bilhões).